

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

ÁLVARO DOMINGOS COPETTI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS**

**Campus Stª Mônica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº**

Tel 38400-972 Uberlândia - M. G. - Brasil

**- EVASÃO ESCOLAR -
ALGUMAS DIMENSÕES DO PROBLEMA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS**

**Campus Stª Mônica - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº**

Tel 38400-972 - Uberlândia - M. G. - Brasil



**UFU – Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – MG**

2002

1569 5-152

ÁLVARO DOMINGOS COPETTI

**- EVASÃO ESCOLAR -
ALGUMAS DIMENSÕES DO PROBLEMA**

Orientadora: Maria de Fátima Ramos Almeida

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Bacharelado, do Instituto de História da UFU - Universidade Federal de Uberlândia.



UFU – Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – MG
2002

COPETTI, Alvaro Domingos

Evasão Escolar: Algumas Dimensões do Problema. Uberlândia, 2002. 58 p

Monografia (Graduação) – UFU – Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de História.

Palavras-chave:

1. Evasão Escolar 2. Educação 3. Políticas Educacionais 4. Repetência 5. Propostas 6. Qualidade

UFU – Universidade Federal de Uberlândia – Curso de Bacharelado em História.

“... Liberdade para o indivíduo significa que a este deveria ser permitido, ao menos em teoria, conseguir, para si próprio, o maior progresso, e que este progresso redundaria no maior benefício para a sociedade.”

Oliver Cromwell

Para minha esposa & filhos.

Agradeço aos meus professores; amigos de curso e especialmente aos meus pais e mestres, quem **muito** contribuíram para a minha formação.

BANCA EXAMINADORA

ÁLVARO DOMINGOS COPETTI

EVASÃO ESCOLAR:

ALGUMAS DIMENSÕES DO PROBLEMA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel pelo Instituto de História da UFU – Universidade Federal de Uberlândia, pela Banca Examinadora:

NOTA: _____ (_____)

Orientadora: Prof^a. Maria de Fátima Ramos Almeida

Prof(a)

Prof(a).

LISTA DE SIGLAS

AIE - Aparelho Ideológico do Estado

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e da Cultura

PDE – Plano de Desenvolvimento Educacional

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA I – A Consolidação de resultados obtidos em 12 anos de estudos	44
---	----

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I	
EVASÃO ESCOLAR: UMA REALIDADE QUE NÃO PODE SER NEGADA.....	15
1.1. As maneiras de se ensinar e aprender.....	15
1.2. Apresentando Soluções para a Evasão Escolar: é possível?.....	20
Capítulo II	
CIDADANIA RETARDADA – UM RETRATO DAS DIFICULDADES DE ACESSO À ESCOLA	41
2.1. Estatística da Evasão Escolar no Brasil.....	41
2.2. A Evasão em uma escola de Uberlândia.....	44
Conclusão.....	47
Referências Bibliográficas.....	50
Anexo	51

INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com o Ministério da Educação e Cultura - MEC, a reprovação e o abandono escolar atingem 27% dos alunos, ou seja, em cada 100, 27 são reprovados ou deixam a escola. Esse índice, segundo a dimensão apresentada pelo Governo Federal, é resultado de fatores como a incapacidade das escolas fazerem o aluno progredir adequadamente, ou ainda, da falta de estratégias para que o mesmo permaneça no sistema¹.

Nos últimos dez anos, quase todos os países da América Latina iniciaram reformas educativas resultantes, em grande medida, de um processo de indução externa articulada com as políticas de organismos internacionais de empréstimos para os países da região². A necessidade dessas reformas foi justificada mediante a publicação de pesquisas, que evidenciaram os logros e deficiências do sistema educativo à luz dos condicionantes da reestruturação do setor produtivo e das mudanças institucionais que alteram a estrutura do Estado e das relações sociais no âmbito de uma nova ordem mundial. De fato, esses estudos vieram a

¹ Fonte: Programa de Gestão Pública e Cidadania, 1998, FGV/SP

² Fonte: KRAWCZYK, Nora Rut (PUC/SP) & ROSAR, Maria de Fátima Felix. *Mapeamento das possibilidades de Investigação da Política Educacional Gestada na América Latina*. Relatório apresentado à Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 2001.

ilustrar pontos de vista já assumidos pelos organismos internacionais e justificar um modelo pré-estabelecido de reforma educativa.

Tais estudos mostraram problemas similares nos diferentes países da região, que foram tomados como fundamentos da proposta de reformas educativas homogêneas para, entre outros, os países latino-americanos. Nesses estudos indicou-se que ao crescimento da matrícula escolar nos diferentes sistemas educativos da região, durante os anos 60, correspondeu uma crise da qualidade do sistema, que se tornou mais aguda nos anos 80. A ausência de uma gestão do orçamento, de uma organização institucional adequada e de propostas pedagógicas acordes com a heterogeneidade sócio-cultural da população incorporada teria produzido a ineficiência do sistema educacional para responder às necessidades próprias do capitalismo nesse momento histórico.

Diante desse quadro, para a construção de um cenário globalizado se exige a todos os países, independentemente da sua conjuntura de desenvolvimento, "velar" pela competitividade de seus mercados. No caso dos países latino-americanos tornou-se imperativo, sob essa ótica, investir na formação de recursos humanos, de forma ampliada.

As dificuldades dos governos para flexibilizar o funcionamento de seu aparelho burocrático, superar os comportamentos ritualizados e ajustar seu funcionamento aos objetivos de qualidade propostos pelos programas de organização e gestão de Sistemas Educacionais, apresentam, sob outra perspectiva, os quadros tecnoburocráticos centrais ainda guardam resquícios das lógicas militaristas dos regimes autoritários que ocuparam o poder político durante as décadas precedentes.

Os diagnósticos acima mencionados destacam a necessidade de se repensar o conjunto de dispositivos discursivos, normativos e institucionais que regulam e configuram a educação e põe em questão a própria existência dos sistemas educativos nacionais.

Outro diagnóstico que pode ser apresentado retrata que, apesar do conteúdo progressista que tem caracterizado as discussões sobre educação nos últimos anos, a partir do qual têm sido elaboradas as propostas políticas que expressam o compromisso com a sua democratização, os avanços nessa direção têm sido muito lentos. De acordo com KUENZER e colaboradores:

*“Embora os espaços tenham sido ampliados, a vontade política esteja presente, exista uma produção teórica significativa a fundamentar o novo projeto pedagógico, e muitas propostas de governo já tenham explicitado em seus planos a nova direção política, as taxas de matrícula, evasão e repetência têm-se mantido praticamente inalteradas, os impactos sobre a qualidade de ensino têm sido pouco significativos, os professores permanecem desqualificados, as condições de ensino continuam precárias, a oferta de vagas insuficientes”.*³

Em outra perspectiva, as políticas educacionais de descentralização implementadas nos diferentes países nas últimas duas décadas se constituem em elementos fundamentais do processo de reforma global do Estado na América Latina, que redefine as funções do Estado e privatiza as relações sociais no interior do sistema público de ensino, tornando mais complexo o quadro de institucionalização de estruturas públicas e privadas no âmbito da educação.

³ KUENZER, A. Z.; TARNOWSKI, L. C.; & KENSKI, S. M^a. C. *A universalização da Educação Básica: em busca de uma metodologia para o diagnóstico das necessidades educacionais*. P.76

A escola tem sido crescentemente focalizada, não só no Brasil, mas em outros países, constituindo importante fonte para a compreensão das realidades vividas e sofridas pela grande maioria das populações mais privilegiadas econômico, sociais e culturalmente.

De maneira interna, a baixa qualidade educacional se expressa por problemas como indisciplina na sala de aula, precárias condições para o trabalho educativo, despreparo dos professores para realizar adequadamente seu trabalho, baixo status profissional e baixa remuneração, agravados pelos alarmantes índices de evasão e repetência.

O objetivo desse estudo é perceber a evasão escolar e alguns fatores que interferem nesta mesma temática, diagnosticando os índices de evasão escolar; elaborando um plano de ação para redução da evasão escolar. Para tanto, este trabalho de pesquisa monográfica será dividido em dois capítulos, sendo que no primeiro trataremos da Evasão Escolar enquanto uma realidade que não pode ser negada. No segundo capítulo, cujo título é a Cidadania Retardada – um retrato das dificuldades de acesso a escola, será apresentada uma estatística da Evasão Escolar no Brasil, sobretudo na Rede Estadual de Ensino da cidade de Uberlândia

CAPÍTULO I

EVASÃO ESCOLAR: UMA REALIDADE QUE NÃO PODE SER NEGADA

1.1. As maneiras de se ensinar e aprender:

Buscamos em autores como Dermerval Saviani os dados teóricos que necessitávamos para a confecção deste trabalho. SAVIANI, em seu livro *Escola e Democracia*, o qual começa levantando questões de dois grupos mais ou menos antagônicos. O primeiro grupo, segundo ele, formado por teorias não-críticas, classificadas como a pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a pedagogia tecnicista que acha que a educação é a panacéia milagrosa capaz de erradicar a marginalidade de nossa sociedade.

No segundo grupo, de Teorias Crítico-Reprodutivistas, que por sua vez são subdivididas em: Teoria de Sistema Enquanto Violência Simbólica, Teoria da Escola Enquanto Aparelho Ideológico do Estado (AIE) e Teoria da Escola Dualista. Neste caso, de forma oposta, a educação aparece como fator agravante, através da discriminação, e responsável pela marginalidade. Por último, propõe uma Teoria Crítica da Educação. Para ele:

*“Num primeiro grupo, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. Num segundo grupo, estão as teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização”.*⁴

⁴ SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas – SP: Editora Autores Associados, 29ª edição, 1995. p. 15.

SAVIANI frisa que os dois primeiros grupos explicam a marginalização na forma da relação entre educação e sociedade. A sociedade também é apontada como grande culpada, seguida da família, que aparecem como sendo as principais causas da marginalidade. Todavia, podem ser observados casos em que indivíduos sem estudos, aculturados, são perfeitamente integrados na sociedade como pessoas de bem e até com grande sucesso econômico.

A escola tradicional e a escola nova são também criticadas. Seus insucessos ao redor das décadas de 60 e 70, frisadas por SAVIANI, são simples de esclarecer, pois as teses tradicionais e novistas são centradas no professor ou no aluno como principais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. Ambos não possuem e nem possuíam, separadamente, o poder mágico de “gerar” o ensino-aprendizado. Sabe-se hoje que o papel do educador é gerar motivação e repassar metodologia de busca e aquisição do conhecimento, com participação ativa do aluno, considerado, na época como ser passivo perante o fenômeno ensino-aprendizagem.

Nas teses acima, há a aceitação de que esta forma de educação contribuiu para a reprovação e para o abandono escolar, mas nunca, absolutamente, como principal fator gerador de marginalidade, pois muitos que abandonaram a escola da época se prepararam como autodidatas e se integraram.

SAVIANI analisa algumas características específicas das teorias educacionais, afirmando que a teoria tradicional surge historicamente com o interesse de superar o Antigo Regime. Baseada nas conquistas da Revolução Francesa propõe a universalização do ensino para

retirar os indivíduos da condição inferior de súditos e transformá-los em cidadãos esclarecidos. Nesse contexto, a marginalidade é entendida enquanto um fenômeno derivado do *déficit* intelectual ocasionado pela ausência de instrução. A escola seria o remédio para este problema, na medida em que se difunde um ensino centrado e organizado em torno da figura do professor. As lições dos alunos são seguidas com disciplina e atenção, direcionadas pelo mestre-escola; ao aluno competia aprender.

De acordo com a dimensão conceitual apresentada por SAVIANI, aos poucos, esse tipo de teoria foi caindo em descrédito devido às dificuldades de acesso de todos à escola e também em função do fracasso escolar, mesmo para os que conseguiam a sua aspiração de ingressar na instituição escolar.

A Pedagogia Nova surge como uma tentativa de equacionar os problemas gerados pela Pedagogia Tradicional. Nascida das experiências de educação com portadores de necessidades especiais (Decroly e Montessori), foi estendida a seguir como uma proposta para o âmbito escolar como um todo. Essa dimensão da problemática educativa concebe assim o marginalizado, não como um ignorante, mas como alguém que foi rejeitado pelo sistema escolar e pela sociedade. À escola cabe a função de reintegrar o aluno ao grupo, tomando-o como centro do processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo uma metodologia com atividades de cunho bio-psíquicos e que o estimulem à participação em um ambiente alegre e criativo. Contudo, como a Pedagogia Nova precisava de um ambiente rico para a sua implantação ficou restrita, na prática, a algumas experiências apenas. A proposta do movimento da escola nova, ao fim de tudo, colabora para rebaixar o nível da aprendizagem e do ensino, pois

retirou a centralidade do processo no professor que sabia e jogou para o aluno, que não tinha condições de adquirir o saber.

Surge então a pedagogia tecnicista. Nesta, marginalizado não é o ignorante e nem o rejeitado, mas sim, o incompetente, o ineficiente e improdutivo, isto é, a educação estará contribuindo para superar o problema da marginalidade na medida em que forma indivíduos eficientes, portanto capazes de contribuir para o aumento da produtividade da sociedade.

Então para a pedagogia tradicional o importante era aprender, para a pedagogia nova aprender a aprender e para a pedagogia tecnicista, o importante era aprender a fazer. Todavia, todas pecavam por se centrar em uma única perspectiva.

Como dito anteriormente, há várias propostas pedagógicas, tanto quanto as Leis que embasam a educação. Neste segundo momento, nos ateremos a algumas delas, com o intuito de demonstrar que até mesmo a evasão escolar está prevista em Lei, uma vez que crianças menores não podem ser privadas do “direito à educação”. Resta uma pergunta: Como garantir a permanência de jovens e adultos que já ultrapassaram o limiar da menoridade e que são desobrigados, juntamente com seus pais, de permanecerem na escola e, preferencialmente, obtendo êxito?

A evasão escolar é um problema complexo e se relaciona com uma esfera mais ampla e com outros problemas de igual importância, tais como: desestruturação familiar; necessidade de complementação da renda familiar, as formas de avaliação, a reprovação escolar, os currículos e disciplinas escolares, os fatores sócio-econômicos, dentre outros.

Em junho de 1995, a PUC – Pontifícia Universidade Católica – de São Paulo, através de uma Ação Educativa e do Programa de Estudos de Pós-graduação em Educação: História e Filosofia da Educação organizaram uma coletânea de textos que deu origem ao livro *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*⁵. No referido livro, em seu capítulo primeiro SOARES⁶ afirma que o Banco Mundial exerce profunda influência nos rumos do desenvolvimento mundial e que sua importância se deve não somente ao volume dos empréstimos fornecidos por essa entidade, mas também pelo caráter estratégico que vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajustes estruturais.

De acordo com SOARES, após ter realizado um estudo dos últimos cinquenta anos da situação econômico-social do país, afirmou que:

“Também no Brasil (assim como os outros países da América Latina) o Banco Mundial vem exercendo profunda influência no processo de desenvolvimento (econômico-social)”.⁷

Para ela, este Banco vem dando ênfase especial à educação, visando não apenas como instrumento de redução da pobreza, e especificamente como fator essencial para a formação de o que ela denominou de “capital humano”. SOARES afirma ainda que apesar do aumento significativo dos recursos para a educação, “a ausência de uma política consistente para a área tem gerado críticas crescentes”.⁸

⁵ Publicado pela Cortez Editora e organizado por Livia De Tommasi, Mirian Jorge Warde e Sérgio Haddad.

⁶ SOARES, Maria Clara Couto. *Banco Mundial: políticas e reformas*. In: *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo: Cortez Editora, 1995, P.15.

Idem, p.17.

⁸ Idem, p.30.

CORAGGIO apresenta uma perspectiva que reforça as considerações anteriores, afirmando que o Banco Mundial comprometeu-se a sustentar o apoio à Educação. Contudo, segundo ele, embora financie na atualidade aproximadamente uma quarta parte da ajuda dada por essa instituição à Educação, seus esforços representam apenas meio por cento do que efetivamente é gasto e aplicados na educação em países em desenvolvimento. Para ele, é necessário mais que contribuição financeira, mais que idéias, é necessário planos de ação, políticas estratégicas que realmente contribuam com o atual quadro da Educação nos países em desenvolvimento, assim como o Brasil. Para CORAGGIO:

*“Se o que o banco Mundial oferece são principalmente idéias, e estas idéias vão contribuir para dar forma a políticas estratégicas, que preparam nossas sociedades para um futuro sobre o qual somente podem ser feitas conjecturas, é preciso analisar em detalhe como essas idéias são produzidas e qual a sua validade, assim como analisar as condições e as conseqüências dos empréstimos concedidos”.*⁹

1.2 – Apresentando Soluções para a Evasão Escolar: é possível?

CORAGGIO afirma que as novas políticas sociais se caracterizam pela expressão “para todos”¹⁰, ou seja, saúde, saneamento, escola para todos. Todavia, estas políticas sociais não colocam nessa dimensão elementos de suma importância, como o emprego e renda para todos, por exemplo.

⁹ CORAGGIO, José Luis. *Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção?* In: O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez Editora, 1995. P. 75

¹⁰ Idem, p.87.

Dando continuidade à crítica de CORAGGIO e partindo do princípio de que a maioria dos alunos em processo de evasão escolar são pobres e precisam ajudar na complementação do orçamento familiar, ou estão em famílias desestruturadas, ou ainda se encontram envolvidos com prostituição infantil, drogas e alcoolismo, em via de marginalização, este estudo visa refletir acerca da evasão escolar e objetiva apresentar soluções para tal impasse, pois o momento demanda fundamentalmente o resgate da garantia dos direitos dos alunos à educação.

De acordo com CORAGGIO:

*“(...) a focalização das políticas sociais nos setores de extrema pobreza é implementada sem afetar o setor de maior concentração da riqueza, mas atingindo setores médios urbanos que se beneficiavam delas, o que serve melhor ao objetivo de minimizar o gasto público do que ao imperativo da equidade social. Esta situação é particularmente grave no setor da educação, por suas consequências sobre as expectativas de melhoria social (de chegar a ser classe média), componente principal da motivação, que por sua vez é fator determinante do aprendizado e da eficiência educativa, interna e externa”.*¹¹

Para evitar a perda de matrícula, deve haver políticas sociais de preocupação permanente, em que a escola deve aproveitar as ferramentas que o mundo possui, por exemplo, na área tecnológica. Há uma conscientização de que isto deve ser feito. As escolas têm que se atualizar porque hoje a família está cada vez mais delegando à escola, o atendimento aos alunos, por isso a escola deve atender também à comunidade, adaptando as suas instalações para integrar a escola à comunidade.

¹¹ CORAGGIO, José Luis. *Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção?* In: O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez Editora, 1995. P. 108.

No texto *A universalização da Educação Básica*¹²: em busca de uma metodologia para o diagnóstico das necessidades educacionais, os autores afirmam que a insuficiente compreensão do problema a ser enfrentado, tanto em nível do Estado, a partir do que serão definidas as políticas públicas, quanto ao da definição da função da escola e do seu espaço de atuação, parece ser a explicação mais plausível para essa inadequação. Para os autores:

*“Em decorrência dessas indefinições conceituais mais amplas, e por isso mesmo revestidas de caráter político, crescem-se as dificuldades metodológicas, haja vista que as formas tradicionais de diagnósticos educacionais têm possibilitado limitados avanços no que diz respeito às questões concretas que caracterizam a educação brasileira em sua prática cotidiana”.*¹³

Discute-se a natureza do trabalho docente, sustentando a sua particularidade, caracterizada por uma certa autonomia e denotando a importância da formação do professor para o exercício da prática pedagógica. Todavia, é necessária a criação de um projeto cujo principal objetivo seria o de combater a evasão escolar, em que se promova o acesso e garanta a permanência dos alunos nas escolas, ou seja, que ao mesmo tempo atraia o aluno para a escola e busque combater as causas e as consequências da evasão, tal como a redução dos índices de marginalização infanto-juvenil, do índice de analfabetismo, e das disparidades sociais.

¹² Segundo a LDB – Lei de Diretrizes e Bases -, entenda-se por Educação Básica a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O Art. 22 da LDB dispõe sobre as finalidades da Educação Básica, que consistem em "(...) desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". Entretanto, nos seus desdobramentos, ela não dá plena consequência ao conceito. Isto porque, toda a política do governo tem caminhado em direção oposta. Prevalece, tanto na legislação complementar, quanto nas diversas iniciativas do poder executivo, a fragmentação dos níveis.

¹³ KUENZER, A. Z.; TARNOWSKI, L. C.; & KENSKI, S. M^a. C. *A universalização da Educação Básica: em busca de uma metodologia para o diagnóstico das necessidades educacionais*. P.73

As crianças e adolescentes que entram em rota de evasão escolar devem ser acompanhados por todos os educadores envolvidos e comprometidos com o ensino aprendizagem. Este é um compromisso de toda a sociedade. A família também deve ser orientada no sentido de auxiliar no regresso deste aluno ao meio educativo. Para tanto, os membros familiares, assim como o aluno em rota de evasão deve contar com incentivos que tornem atraente o regresso do mesmo à Escola. O discente deveria ser inserido imediatamente em um programa de reaproximação do sistema educacional, de modo a orienta-lo a não mais se evadir da Escola, concluindo o ano letivo e, conseqüentemente, acreditando que ao sair dali terá como diferencial a escolaridade, que por incrível que pareça, é um bem que nem todos possuem.

Tornou-se prática comum verificar se a escola vem despertando o interesse dos alunos pelo processo ensino/aprendizagem, se a escola e seus educadores vêm oferecendo respostas para as ansiedades e dúvidas de seus educandos; sempre que possível, trazer à escola os pais ou responsáveis pelos alunos; fomentar a conscientização dos pais ou responsáveis e alunos quanto à importância dos estudos formais; motivar todos os educadores ao combate da evasão escolar; fazer contato com os pais ou responsáveis pelos alunos que estejam com um número acentuado de faltas consecutivas ou não; informar aos pais ou responsáveis o número máximo de faltas permitidas durante o ano letivo, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; alertar os pais ou responsáveis quanto às penalidades previstas em Lei pela não permanência de seus filhos na escola, uma vez que o contrário evidencia abandono intelectual; realizar reuniões, registrando-se em ata, as tentativas de conversação com os pais ou responsáveis pelos alunos em vias de evasão escolar; após se esgotarem os recursos acima, comunicando o caso à

supervisão, que por sua vez se encarregará de levar o fato à Secretaria de Educação. Estes são alguns fatores internos que permeiam o processo de evasão escolar.

Concomitantemente, inúmeras estratégias foram propostas e discutidas pela equipe de supervisão da Secretaria da Educação Municipal, entre as quais se destacaram: investimento no papel central do Supervisor Pedagógico, como articulador privilegiado das relações entre os membros da comunidade escolar no trabalho de construção / concretização da proposta pedagógica da escola; e o incentivo à formação continuada dos profissionais de cada área do conhecimento, visando a problematização da prática docente.

Várias iniciativas externas também são movidas no intuito de se garantir educação de qualidade e pública, o que também pode propiciar uma redução no processo de evasão escolar. Exemplo disso, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública colocou à disposição da sociedade brasileira sua contribuição para subsidiar a análise do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC) - Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (II CONED, Belo Horizonte/MG, 6 a 9 de novembro de 1997).

Durante este encontro, priorizou-se alguns aspectos que dizem respeito às questões mais determinantes da política educacional. Para tanto, utilizou-se como fio condutor as concepções de *homem, mundo, sociedade, democracia, estado, educação, escola, autonomia, gestão, avaliação, currículo*, dentre outras, consubstanciadas nas **diretrizes**,

prioridades, metas e estratégias adotadas para elaboração e implementação do PNE/Sociedade.

Diferentemente do PNE/MEC, elaborado em gabinete sem a participação da sociedade, embora na introdução o ministro Paulo Renato¹⁴ este afirme que houve contribuição de entidades como CNTE, ANFOPE, ANDES, entre outras, o que não é verdadeiro, o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira foi construído a partir de seminários locais, estaduais e nacionais, sendo discutido por amplos setores da sociedade civil organizada, ao longo dos últimos dois anos¹⁵.

Na sua "Exposição de Motivos" o Ministro da Educação enfatiza "dezenove inovações" que expressam a ótica do governo sobre a educação nacional. Considerou-se oportuno reproduzi-las: a apresentação de metas claras e objetivas facilita o entendimento público e o seu acompanhamento pela sociedade civil; a definição de responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios, indicando, para cada meta, as instâncias administrativas responsáveis; a definição e hierarquização de prioridades, sendo as duas primeiras alicerçadas em compromisso constitucional: a universalização do Ensino Fundamental e a erradicação do analfabetismo; a incorporação do último ano da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, o que permitirá, na década, a ampliação do ensino obrigatório para nove anos; a elevação progressiva, na década, do percentual do PIB destinado à educação; a extensão progressiva, na década, da jornada escolar para sete horas diárias e do tempo integral para os professores; o estabelecimento de padrões mínimos para o funcionamento da escola; a provisão, para as escolas, de equipamentos de tecnologia

¹⁴ Ministro da Educação e Cultura.

¹⁵ I CONED-1996, II CONED-1997.

educativa e de comunicação: a expansão do atendimento aos alunos com necessidades especiais de educação, visando a sua generalização na década; a expansão do Ensino Médio, procurando atingir sua universalização; a ampliação das oportunidades de acesso à Educação Profissional por parte dos trabalhadores; programas de formação em serviço para eliminar a presença de professores leigos nos sistemas de ensino do País; a revisão dos cursos de formação inicial para professores; a ampliação gradual de oferta de vagas na Educação Superior, tanto em instituições públicas quanto particulares; a garantia de autonomia para as universidades, diversificando o sistema de ensino superior e favorecendo às minorias étnicas o acesso à Educação Superior; a indicação de destinação prioritária de 40% dos recursos vinculados à educação para o Ensino Médio nos estados e, nos municípios, para a Educação Infantil; programas educacionais para as comunidades indígenas equivalentes às séries iniciais do Ensino Fundamental, respeitando seus modos de vida e suas visões de mundo; a informatização e profissionalização da gestão educacional do País, nas escolas, nos estados e nos municípios; a participação da comunidade na gestão, melhoria da qualidade e manutenção da escola, sem que se exima o Poder Público de suas responsabilidades.

No PNE/MEC prevalece a concepção de gestão educacional com ênfase na informatização, controle e gerenciamento profissional - decisões centralizadas no poder executivo e tarefas executadas pela sociedade. O PNE/Sociedade descentraliza e democratiza o poder do Estado, fortalecendo a sociedade civil e responsabilizando o poder público pelas políticas de atendimento dos direitos sociais. Este Plano retoma a concepção tecnocrática de gestão da década de 70, com a pretensão de ajustá-la às novas exigências da conjuntura internacional. Centrado nos eixos "produtividade, eficiência e racionalização de recursos", objetiva

fundamentalmente o corte do gasto público em educação e o barateamento de seus custos. O resultado almejado reduz-se a alterações dos índices estatísticos de acordo com as exigências das agências internacionais de financiamento. Nos dias atuais, a marca dessa "produtividade" caracteriza-se pela maior diminuição do aporte de recursos públicos para as áreas sociais.

No âmbito da conjuntura nacional, esta visão tecnocrática associa-se à necessidade de dar legitimidade às políticas que vêm sendo implementadas pelo atual governo, já expressas na LDB (9394/96) e nesse PNE, cabendo ao executivo a definição das políticas educacionais, ou seja, a centralização do poder. Nesse sentido, a preocupação com a eficiência vincula-se uma visão de autonomia e participação cujos conteúdos diferem em muito daqueles construídos nas lutas pela democratização da educação, travadas ao longo da década de 80. (LDB 1258/88) e PNE da Sociedade Brasileira: traduzidas no controle social e financeiro público. Assim, o significado de "participação" está consubstanciado no próprio PNE/MEC: apenas a sistematização de ações que se inscrevem no limite do que já vem sendo feito, através de Medidas Provisórias e Decretos-lei.

O PNE/MEC não concebe a gestão como participação nas decisões, enquanto gestão democrática. Apesar da afirmação:

*"Universalizar, em três anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes nas escolas, a fim de assegurar a participação da comunidade na gestão escolar"*¹⁶

¹⁶ Relatório do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC) - Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (II CONED, Belo Horizonte/MG, 6 a 9 de novembro de 1997), meta 17, p. 34

Tais Conselhos estão atrelados às exigências de gerenciamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério¹⁷, pois a referência a eles se dá pontuadamente. O PNE/MEC não menciona mecanismos de participação da comunidade na gestão, a não ser no que se refere à escola.

Nesse contexto, a autonomia atribuída a Estados, Municípios, unidades escolares e comunidades constitui-se numa falácia: na desconcentração da execução, mas, com avaliação e controle pelo MEC. A afirmação:

*"Assegurar a autonomia das escolas tanto no que diz respeito ao projeto pedagógico como em termos de recursos financeiros públicos suficientes para a manutenção do cotidiano escolar"*¹⁸.

Tal afirmação pode implicar em atribuir às unidades escolares a responsabilidade por sua manutenção financeira. Isto fica agravado se considerarmos que o cumprimento dessas metas prevê a colaboração de outros setores governamentais e de entidades não - governamentais, reforçando a idéia de voluntariado e transferência, portanto, de responsabilidade do público para o privado.

O eixo que orienta o PNE/Sociedade é o da democratização das decisões nos diferentes níveis, com a participação de todos os setores da sociedade. Esta democratização se caracteriza pela descentralização do poder de decisão do Estado e pela reafirmação de seu papel de implementador e garantidor dos direitos sociais.

¹⁷ Emenda Constitucional 14.

¹⁸ Relatório do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC) - Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (II CONED, Belo Horizonte/MG, 6 a 9 de novembro de 1997), meta 18, p. 34

Para assegurar esta democratização estão previstos no PNE/Sociedade mecanismos de participação tais como a eleição direta de dirigentes e a constituição de Conselhos deliberativos, representativos e normativos em todos os sistemas, níveis administrativos e nas instituições escolares. Além disso, propõe novos mecanismos de controle pela sociedade civil, resgatando o Fórum Nacional de Educação, definido como instância deliberativa do Sistema Nacional de Educação. Prevê ainda a criação de estratégias para o acompanhamento de sua implementação pela sociedade civil, a qual participou na definição de suas diretrizes e metas.

Esta forma de organização pressupõe então, a existência de um Sistema Nacional de Educação uma vez que concebe a necessidade de que este articule organicamente as esferas de decisão e o conjunto dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

Diferentemente do PNE/Sociedade, o PNE/MEC não pode ser definido como um Plano, entre outros motivos, pelo simples fato de não prever a origem dos recursos necessários para atingir as metas propostas. Caracteriza-se, no máximo, como uma carta de intenções. Enquanto no primeiro são estabelecidas as necessidades financeiras tomando como parâmetro o PIB *per capita*, no PNE/MEC isto sequer é levantado, sugerindo que os custos da educação são estabelecidos "por tradição". Em geral o PNE/MEC dá a entender que não há falta de verbas para a educação, mas que o problema estaria tão somente na não-aplicação ou na má aplicação dos recursos pelos governos, sobretudo os municipais.

Todavia, faltam recursos para a educação. Há um déficit histórico que precisa ser superado e também medidas que precisam ser

combatidas, como o "contingenciamento" adotado pelo governo federal, o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que vem reduzindo o percentual de impostos da União de 18% para 14,4% e a Lei Kandir, que isentou o ICMS das exportações, prejudicando a educação nos Estados e Municípios. Além disso, a brutal sonegação tributária e as renúncias fiscais subtraem volumes consideráveis de recursos para os serviços públicos em geral, sem que o governo se responsabilize por isso.

Faltam também recursos para a educação porque o próprio governo federal não está cumprindo sequer a lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que exigiria uma complementação federal superior a R\$ 2 bilhões em 1998, com base no valor anual mínimo por aluno de R\$ 444,00 e não R\$ 315,00, arbitrado ilegalmente pelo Presidente. Vale salientar que mesmo destinando R\$ 444,00 por aluno/ano não garante um padrão de qualidade para o Ensino Fundamental. Segundo o PNE/Sociedade este valor deveria ser de US\$ 1.000, calculado com base em 20% da renda *per capita* nacional, equivalente ao praticado nos países mais desenvolvidos, ou seja, aqueles países que têm a educação como prioridade.

Embora o discurso oficial seja o de valorizar o Ensino Fundamental, supostamente beneficiado pela EC nº 14¹⁹, na realidade o PNE/MEC procurou desvencilhar a União da sua responsabilidade com a universalização do Ensino Fundamental e a erradicação do analfabetismo, diminuindo o percentual de 50% para 30% dos 18% dos recursos, conforme definia o Art. 60 das Disposições Transitórias da C.F./88, que, por sinal, nunca foi cumprido pelos governos anteriores e atual.

¹⁹ que criou o FUNDEF

Entretanto, na mesma EC nº 14, o governo federal diminuiu a sua responsabilidade e aumentou a de Estados, Distrito Federal e Municípios, agora obrigados a aplicar 60% da receita de impostos no Ensino Fundamental até 2006. Tendo o MEC reduzido a sua responsabilidade com a educação, de onde virão os recursos para cumprir as metas contidas no seu plano?

Uma possibilidade para a captação de recursos no PNE/MEC é um maior "envolvimento da comunidade", mediante contribuições financeiras e "trabalho voluntário", que delega responsabilidades à população, além do pagamento compulsório de impostos. Uma outra possibilidade constitui-se no uso intensivo de educação à distância para atender a demanda a um custo relativamente mais baixo. Além disso, o governo beneficia o setor privado com a aquisição de materiais e equipamentos, da encomenda de programas de rádio e TV e da oferta de cursos de Ensino Superior. É nítido o incentivo à privatização para atender as metas previstas no seu Plano ao atribuir às ONG's e demais entidades não-estatais a responsabilidade na oferta de creches e na erradicação do analfabetismo. O PNE/MEC pretende alcançar as metas de expansão das vagas do ensino médio, profissional e superior com a redução da duração, flexibilização dos cursos e adoção do ensino por módulos.

É capciosa a afirmação no PNE/MEC ao pretender aproximar os gastos com educação no Brasil dos gastos dos países mais desenvolvidos, "ignorando" que tais países já contam com um sistema educacional público plenamente constituído, em todos os níveis – já universalizaram o ensino primário e médio, quase sempre em período integral – onde o ensino superior é gratuito - O Brasil, entretanto, não só

precisa manter, como também expandir suas redes públicas, para eliminar o grande déficit educacional acumulado.

A lógica do plano do MEC prioriza a "efetiva aplicação do que atualmente deveria ser destinado a esta finalidade", estabelecendo que devam ser criados *"mecanismos que viabilizem, imediatamente, o cumprimento do §5º do Art. 69 da LDB, que assegura o repasse automático dos recursos vinculados à educação para o órgão responsável pelo setor"*²⁰. Se há concordância quanto às intenções desta disposição legal, por que a União sequer apresentou um projeto de lei abordando essa questão? Seria apenas um exercício de retórica?

No PNE/MEC não há uma proposta de formação que assegure uma educação de qualidade, há tanto uma desvalorização quanto uma desqualificação dos profissionais da educação. O conjunto do texto indica treinamentos rápidos, para que leigos possam assumir a função docente, sem o nível de escolarização adequado.

"Reconhecendo" a "magnitude da tarefa de formar e valorizar" os profissionais da educação, o PNE/MEC aponta para o voluntariado e a iniciativa de órgãos não governamentais para resolver o problema. Também neste aspecto a proposta carece de consistência e de possibilidades técnicas.

Apesar do PNE/MEC referir-se a quantidade de professores leigos em exercício, propõe a "qualificação em massa", dando ênfase à

²⁰ Relatório do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC) - Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (II CONED, Belo Horizonte/MG, 6 a 9 de novembro de 1997). P.78.

quantidade em detrimento da qualidade. As formas apontadas remetem sempre para soluções aligeiradas de capacitação, via formação em serviço ou educação à distância, de cursos modulares, deixando subentendido a retomada das licenciaturas curtas, para a qualificação mínima dos professores, em concordância com a LDB.

O MEC, alegando o paralelismo entre bacharelado e licenciatura existente hoje nas universidades, propõe a formação de professores fora delas, concentrada em Institutos Superiores de Educação, sem definir o que sejam. Tal proposta nega o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fundamental para a formação de profissionais no ensino superior.

A perspectiva de aligeiramento da formação de profissionais da educação, via formação em serviço e/ou em cursos de licenciatura de curta duração exime o Estado de sua responsabilidade seja na educação básica, seja na educação superior, ao propor para o atingimento dessa meta a "colaboração de outros setores governamentais e não-governamentais".

Num cenário de real necessidade de capacitação docente em cursos de duração plena (PNE/Sociedade), sob a responsabilidade do poder público, o PNE/MEC propõe a redução da duração desses cursos, em nome da flexibilidade, incorporando o viés da contenção de gastos.

O PNE/MEC refere-se à formação e valorização dos professores, deixa a valorização como responsabilidade dos Estados e Municípios, não fazendo nenhuma referência concreta à carreira ou a um piso salarial nacionalmente unificado, como o faz o PNE/ Sociedade.

A implementação de políticas públicas de formação básica e continuada de professores e demais profissionais da educação deve ser fomentada tendo em vista a necessidade do avanço científico e tecnológico que contribua para o desenvolvimento soberano do país e atenda as necessidades do povo brasileiro.

Assim essa formação deve estar articulada à produção do conhecimento e ocorrer nas universidades, definidos os prazos para a qualidade dos profissionais leigos e a imediata contratação de profissionais habilitados (PNE/Sociedade).

Reduzindo a expectativa de universalização da escolaridade ao Ensino Fundamental, o PNE/MEC também reduz o projeto para a sociedade brasileira, se é que tal preocupação está na agenda do governo. O argumento de que é necessário estabelecer prioridades imediatas - no caso, para faixa etária de 7 a 14 anos - não deve excluir a responsabilidade de propor políticas compatíveis com as necessidades sociais.

Além de secundarizar dois níveis que compõem a Educação Básica - Infantil e Médio - o PNE/MEC também não dá a devida importância às modalidades de educação escolar como a de jovens e adultos e especial. Vale ressaltar que este estudo teve como objeto apenas o Ensino Médio.

O PNE/MEC enfoca a expansão e reforma do Ensino Médio como exigência do "processo de modernização em curso no país" (PNE/MEC - p.35). Analisando o número reduzido do atendimento nesse nível de ensino propõe: ampliação do número de vagas para o próximo decênio em pelo menos 80% dos concluintes do Ensino Fundamental,

vinculando assim expansão ao aumento da taxa de censo escolar dos alunos do Ensino Fundamental; a manutenção do número de vagas já existentes, para o ensino noturno, prevendo ampliação somente para o diurno, demonstrando claramente a exclusão do aluno trabalhador; parâmetros Curriculares Nacionais com o objetivo de centralizar a formação, desrespeitando a autonomia dos Conselhos Escolares. Desconsidera na elaboração do Projeto Político Pedagógico, o papel da comunidade escolar enquanto agente de transformação social; ao propor alterações para o Ensino Médio a partir de um Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Médio que se coloca externamente como aferidor de conhecimentos e proponente de soluções, sem levar em consideração o contexto sócio cultural em que a escola se encontra inserida.

O PNE/MEC propõe, ainda, que em cinco anos todos os docentes do ensino médio tenham formação em nível superior, sem preocupação de que esta formação se dê através de licenciatura, desqualificando assim, tanto a formação do docente, quanto a qualidade do ensino. Além disso, cria programas emergências de formação em serviço e a distância, privilegiando o quantitativo em detrimento do qualitativo.

O PNE/Sociedade propõe a superação da fragmentação da formação geral, técnica e tecnológica através da formação integral do cidadão e associa à universalização do atendimento (100%) em 10 anos. Para concretização dessa proposta determina ser necessário, a partir de 1999, aplicar recursos financeiros ao custo, no mínimo de R\$ 1000,00 (um mil) por aluno/ano, com dotação orçamentária prevista em lei, para a União, Estados e Municípios, completando os recursos orçamentários com outras fontes para, em 5 anos, atender à demanda reprimida.

Para o PNE/Sociedade a universalização do ensino médio gratuito, sob responsabilidade do poder público, considera como insuperáveis o acesso, a permanência e a qualidade da educação escolar.

O preceito da invenção histórica foi muito bem utilizado no PNE/MEC. História é criação e o governo valeu-se desta noção no limite de seu virtuosismo ao apresentar seu plano como resultado de "um longo processo histórico", um projeto que reafirma *"(...) os históricos e essenciais compromissos republicanos com a educação do povo brasileiro"*²¹.

Para mostrar seus propósitos, supostamente históricos e legítimos, a imaginação da burocracia oficial alcançou dimensões extremas, para quem deveria nortear a política educacional com vistas a hierarquizar prioridades e definir metas, com recursos para seu financiamento. O resgate da pretensa historicidade do PNE/MEC iniciaria antes do Estado Novo²², passaria pela "mobilização pública em torno da elaboração da Constituição Federal de 1988", chegaria a atender *"as aspirações dos educadores"* e, paradoxalmente, conferiria *"estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação"*²³.

O objetivo de recorrer ao passado não é outro senão o de tentar induzir o falso entendimento de que o atual governo se empenha em dar continuidade às lutas democráticas ocorridas. Nada mais distante do

²¹ Introdução do Relatório do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC) - Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (II CONED, Belo Horizonte/MG, 6 a 9 de novembro de 1997). P.12

²² Mais especificamente em 1932 e 1937.

²³ Introdução do Relatório do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC) - Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (II CONED, Belo Horizonte/MG, 6 a 9 de novembro de 1997). P.12

arcabouço legal da nossa "Democracia Representativa", nunca se emendou e descumpriu tanto uma Constituição como no atual governo. Na verdade, há uma política educacional em plena execução, sendo que o PNE/MEC, enquanto peça formal, é absolutamente dispensável, visto que o executivo garante a sustentação política-econômica do seu programa governando através de MPs, decretos, portarias etc.

Imprudentemente, o PNE/MEC professa a vontade de ofertar uma educação com oportunidades "comparáveis às dos países desenvolvidos"²⁴, sem financiamento condizente. Vislumbra-se uma inequívoca máscara populista - Comunidade Solidária, Nenhuma Criança fora da Escola, FUNDEF, Crédito Educativo etc.

O plano do governo parte de um entendimento bastante preconceituoso do que seja a formação brasileira nos seus aspectos culturais e sociais. Apesar de admitir que essa formação tenha sido permeada pela "persistência de padrões tradicionais de dominação política e exploração econômica"²⁵, não reconhece sua responsabilidade nesse processo. Apropria-se de bandeiras progressistas dos movimentos sociais, descaracterizando-as, ao invés de reconhecer que dá seqüência a uma política educacional do arco de aliança conservador que sempre dominou o país: o PNE/MEC assume o conjunto de políticas impostas pelo Banco Mundial.

²⁴ Introdução do Relatório do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC) - Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (II CONED, Belo Horizonte/MG, 6 a 9 de novembro de 1997). P.12

²⁵ Idem, p.16.

Pretende equacionar os problemas educacionais aproximando o *"Brasil real do Brasil ideal, sem resvalar para a utopia"*²⁶. Neste ponto há sim o resgate de uma tradição: a de teimar em manter o *status quo*, ignorando o anseio e o esforço da sociedade em buscar caminhos para o desenvolvimento autônomo do país. Particularmente grotesca é a maquiagem que o plano do governo faz da realidade brasileira: o parco diagnóstico omite relações de causa-efeito, sugerindo a "naturalização" de mazelas educacionais reconhecidas.

O PNE/MEC faz vitrine para os setores interessados no Brasil global e submisso. Visa distribuir títulos e diplomas para profissionais supostamente adequados e necessários ao mercado; consolida a redução dos investimentos do Estado na educação; alija os trabalhadores da educação dos processos de definição da política educacional; dá continuidade à ampla distribuição de pacotes pedagógicos, de forma desvinculada da sociabilidade vivenciada pelo educando.

Todos esses objetivos aparecem através da velha retórica dos setores nacionais hegemônicos: a necessidade do Brasil "moderno", em detrimento das aspirações mais amplas da população; a prioridade às "novas tecnologias educacionais", em detrimento da boa formação; a desqualificação dos profissionais da educação - ausência de planos de carreira e inadequação de salários -, em detrimento da contratação de profissionais qualificados para o ensino de qualidade social.

²⁶ Introdução do Relatório do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC) - Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (II CONED, Belo Horizonte/MG, 6 a 9 de novembro de 1997). P.13

O PNE/MEC é particularmente irônico e discriminatório para com as camadas excluídas, ao afirmar:

*"A persistência de padrões tradicionais de dominação política e exploração econômica tem contribuído para alienar da escola a população pobre, especialmente a da zona rural, impedindo que essa valorize a formação escolar dos seus filhos como instrumento fundamental para lhes assegurar o exercício da cidadania e a inserção no mercado de trabalho. Essa atitude contribui para a evasão escolar ou a frequência irregular, do mesmo modo que a ausência de valorização da atividade intelectual e do bom desempenho escolar dificulta o sucesso das crianças na escola. A conscientização de toda população em relação à importância da formação escolar deve ser objeto de preocupação constante do Poder Público."*²⁷.

Estas afirmações são particularmente graves na medida que o PNE/MEC culpabiliza a "população pobre" pela sua má formação educacional, desresponsabilizando os governos dos problemas sociais e históricos do Brasil. Tenta-se induzir a idéia de que a evasão escolar e a frequência irregular dos alunos dá-se pela má consciência dos pais pobres, que não enviam seus filhos à escola por falta de "atitude" e "conscientização". Em síntese: a União dá as diretrizes e responsabiliza a sociedade civil (voluntários, instituições confessionais, ONG's e a iniciativa privada) pela conscientização das pessoas "pobres e alienadas". Aliás, o PNE/MEC enfatiza aquilo que, por vontade dos setores hegemônicos, a LDB/MEC/Organismos Internacionais já se encarregara de inverter: a responsabilidade Estado/família definida na C.F./88 - *"Em primeiro lugar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional menciona a colaboração da própria família"*²⁸.

²⁷ Relatório do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC) - Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (II CONED, Belo Horizonte/MG, 6 a 9 de novembro de 1997). Pp. 16 - 17.

²⁸ Idem, p. 16.

Após as considerações anteriores, verifica-se que o PNE MEC não apresenta uma política de financiamento. Foi elaborado apenas para consolidar o recuo progressivo do Estado no que se refere aos investimentos em educação, reafirmando as políticas educacionais em cursos. Assim, esta dimensão desqualifica-se enquanto peça de planejamento conseqüente. Acena, desde o Ensino Fundamental, com a preparação para a "empregabilidade", como se o desemprego não fosse hoje uma questão estrutural, agravando as já enormes disparidades sociais.

CAPÍTULO II

CIDADANIA RETARDADA – UM RETRATO DAS DIFICULDADES DE ACESSO À ESCOLA

2.1. Estatística da Evasão Escolar no Brasil:

Ao divulgar o Censo Escolar 2000, o ministro da Educação atribuiu a melhoria dos indicadores educacionais em todo o País ao empenho das secretarias estaduais com a formação dos professores e com a montagem da infra-estrutura escolar. Tais informações fazem com que recordemos da *Fábula* (anexo 1) do professor da UNICAMP Milton José de Almeida. Além disso, afirmaram que a educação contou com o apoio financeiro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF -, com a melhoria da qualidade do livro didático e sua distribuição antes do início do ano letivo, com a difusão de parâmetros educacionais e com o crescente uso da TV Escola. De acordo com ALMEIDA:

*“(...) o Palácio da Educação não está podendo manter o seu luxo e os seus gastos com salários e festas, porque as pessoas estão sempre pedindo livros e materiais escolares e ainda gozam os funcionários, duvidando de sua inteligência”.*²⁹

O Ministério da Educação insiste em destacar que também hoje, no ensino médio, 87% dos alunos freqüentam escolas com bibliotecas, benefício que se encontra presente atualmente em 82% dos estabelecimentos escolares do País. Todavia, os resultados desta pesquisa é questionável.

²⁹ ALMEIDA, Milton José de. *A Fábula*. In: Revista de Educação. Campinas – SP: UNICAMP, 1995. p.53

A educação dos jovens não é produto apenas da família, depende também do Estado, através da escola e dos equipamentos sócio-culturais que são colocados à disposição deles. Sendo assim, a ausência das condições ideais de educação é uma violência contra os jovens, com a agravante de ser uma violência praticada pelo Estado contra o futuro de seus jovens. Para que compreendamos o intrincado novelo dessa violência patrocinada pelo Estado, é necessário avaliar como ela se dá.

De acordo com dados fornecidos pela Unesco, o índice de escolarização de crianças de 7 a 14 anos no Brasil em 1999 era de 96%, chegando a taxa de alfabetização a 90%. Em números absolutos, milhões de crianças brasileiras estão hoje fora da escola e milhões de brasileiros acima de 14 anos são analfabetos, e, portanto, estão fora do mercado de trabalho. Como não se pode fugir da relação entre analfabetismo e exclusão social, um exército de milhões de crianças e adultos está fora das estatísticas, da economia, da vida. São os excluídos sociais

O insucesso escolar entre os que estão na escola, mas não conseguem aprender ainda é alto no Brasil. O número de alunos que não aprendem ainda é alto, quando se considera a idade média das crianças que permanecem em classes de aceleração, ou atingem a idade limite para o ensino regular diurno. A qualidade do ensino não é boa.

Além do mais, no Brasil, segundo estatística publicada há pouco tempo nos jornais, o trabalhador tem, em média, apenas quatro anos de escolarização — em tese é um analfabeto funcional. Quando se fala em média, é preciso lembrar que média quatro significa muitos casos abaixo de 4 anos e poucos acima de 4 anos. Com isso, o trabalhador brasileiro está

majoritariamente incapacitado para um mercado cada vez mais especializado, candidatando-se ao desemprego ou ao subemprego, gerando necessidade de importação de trabalhadores especializados, que são logicamente mais bem remunerados.

Esse é um quadro trágico, embora o governo e alguns especialistas achem que o Brasil melhorou muito com a diminuição de alguns milhões de analfabetos. O problema é que entre os atuais analfabetos ou mal alfabetizados há milhões de jovens entre 15 e 24 anos que, segundo Jacobo Waiselfisz, estão entre os brasileiros que mais morrem assassinados, principalmente aos 20 anos.

O Distrito Federal, por exemplo, é um dos estados onde o aumento dessa taxa entre 1989/1998 é significativo. Entre os analfabetos ou mal alfabetizados estão milhões de mulheres adolescentes que, segundo a Unesco, quando educadas, têm melhores opções de trabalho, conhecimentos de prevenção de doenças, cuidam melhor da nutrição, saúde e educação dos filhos, têm menos filhos, casam mais tarde, contribuem para menores taxas de mortalidade infantil e para a inclusão da família no mercado de trabalho. A fase crítica do abandono da escola pelas mulheres é na puberdade.

Não é de se admirar que 54% das adolescentes sem escolarização engravidem, e que a taxa de fecundidade dessas adolescentes venha aumentando ao contrário da taxa de fecundidade decrescente das mulheres em geral. Em 1999, 23,97% dos partos realizados na rede hospitalar do SUS foram feitos em adolescentes entre 10 e 19 anos, que por sua vez contribuíram para o aumento dos dados em relação a evasão escolar e, conseqüentemente, pela distanciamento à educação.

2.2. A Evasão em uma escola de Uberlândia

Após um estudo de caso em uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Uberlândia, obtivemos os seguintes dados:

TABELA I – A Consolidação de resultados obtidos em 12 anos de estudo:

ANO	DESISTENTES	TRANSFERIDOS	APROVADOS	REPROVADOS	TOTAL
1986	222	0	86	57	365
1987	188	2	43	81	314
1988	225	20	54	48	347
1989	214	8	31	47	300
1990	167	35	34	37	273
1991	122	18	28	66	234
1992	132	20	36	90	278
1993	146	31	69	24	270
1994	159	30	88	12	289
1995	92	44	83	34	253
1996	96	16	116	32	260
1997	Dados não encontrados				
1998	72	10	116	19	217

Obs. Dados obtidos no Arquivo da Escola Estadual Guiomar de Freitas Costas – Polivalente, referentes aos primeiros anos do Ensino Médio noturno desta instituição no período de 12 (doze) anos, os quais se encontram discriminados na tabela.

É interessante observar que o número de alunos desistentes é superior à soma de todos os alunos transferidos, aprovados e reprovados. De modo agravante, a grande maioria dos desistentes abandona os estudos antes mesmo do término do primeiro bimestre. A faixa etária desses alunos

gira em torno de 16 a 19 anos, sendo que se pode encontrar alunos com idade que varia de 15 a 35 anos de idade.

Mais de 50% dos estudantes brasileiros não completa a educação básica, ou seja, deixa de estudar antes de completar o ensino médio. Estimativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep - mostra que, apesar da expansão das matrículas, 51% dos alunos que ingressam na primeira série do ensino fundamental permanecem em média dez anos e meio na escola, são reprovados pelo menos duas vezes e saem tendo cursado oito das 11 séries do ensino fundamental e médio.

De qualquer forma, o núcleo do problema está no grupo social dos adolescentes e jovens pobres - e qualquer solução para ele não pode ignorar esse fato. Feita a ressalva, qualquer ação antiviolença tem de voltar-se para os adolescentes pobres e para formas de minimizar os efeitos que a baixa renda e sua péssima distribuição no Brasil têm sobre eles e suas famílias. É preciso manter os adolescentes na escola e evitar que eles sejam atraídos para o crime, especialmente em momentos de crise.

De acordo com RIBEIRO³⁰, ao realizar um estudo de orientação teórica fenomenológico-existencial da relação ensino-aprendizagem na escola noturna a partir da descrição dos fenômenos da evasão e repetência, é necessário explicitar que o compromisso ou a ausência dos mesmos na Instituição Escolar, para com o projeto de vida do estudante noturno e deste último para com a primeira, deve proceder da coleta de dados através de entrevistas, questionários e estudo de documentação e estatísticas oficiais disponíveis. Inclui-se ainda a

³⁰RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza.

descrição e análise de experiências de ensino aprendizagem, no seu caso, o estudo de duas escolas noturnas de Ituiutaba/MG.

Como resultado da pesquisa realizada por RIBEIRO, foi constatado que os sujeitos pesquisados, 20 (vinte) alunos repetentes de 5ª a 8ª série e de 10 (dez) professores das escolas da referida cidade, a descrição e análise do material de pesquisa sugere uma evidente desconexão entre o mundo significativo do aluno e o conteúdo formal do processo ensino-aprendizagem. Isso levaria a escola a não se comprometer com o projeto existencial do aluno-trabalhador e vice-versa, contribuindo ambos para a etiologia da evasão e repetência.

Sem dúvida, este é um quadro que não se dá em municípios isolados, e sim, é o reflexo do ensino em grande parte do Território Nacional, salvo, claro, municípios como Curitiba, por exemplo, cuja preocupação com o combate à evasão escolar é assistido de perto por toda a comunidade – Estado, Município, Comunidade Escolar, Sociedade. Postura esta que sem dúvida deveria ser seguida pelo restante do país.

CONCLUSÃO

As possibilidades de investigação, preliminarmente, introduzidas nesse estudo apontam as dificuldades desse tipo de análise, considerando-se os pressupostos epistemológicos contidos nas vertentes acima comentadas. Trata-se, efetivamente, de buscar, sem adotar uma perspectiva de justaposição de posições teóricas e políticas distintas de elaborar uma proposta metodológica que logre alcançar o estudo dos impactos da política educacional, alcançando uma visibilidade da interpenetração que se dá entre os níveis globais e locais da realidade da organização de novos sistemas educativos de países latino-americanos, de modo a identificar as suas aproximações e seus distanciamentos das propostas efetivadas pelos organismos internacionais para essa região.

Para se combater a evasão escolar deve-se promover o acesso e a permanência de alunos nas escolas desenvolvendo os seguintes objetivos: garantir a permanência de crianças e adolescentes no contexto escolar; conscientizar educadores, famílias, adolescentes e crianças quanto a importância da educação formal; prover a formação de cidadãos críticos e conscientes de suas responsabilidades e de seus direitos; acompanhar a assiduidade dos alunos. Dizia Paulo Freire: *"a gente tem que fazer o que pode ser feito"*. Se você não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente fará amanhã o que hoje deixou de fazer. Porque as condições se alteram. Há dois mitos que

devem ser deixados de lado: o de que nada pode ser feito e que tudo pode ser feito.

Para combater a evasão escolar, portanto, é preciso agir de dois modos: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno "evadido", e outra de reestruturação interna que implica na discussão e avaliação das diversas questões enumeradas acima. Uma vez analisada a assiduidade dos alunos pelas direções de escolas juntamente com a supervisão de combate à evasão escolar, deve ser elaborada uma seqüência de procedimentos que podem ser adotados por diretores, supervisores, orientadores educacionais e professores no combate a evasão escolar.

Sobre a violência simbólica que nos parece um forte atributo do capitalismo, no sentido que é imposto, podemos vê-la na mídia: em jornais, rádios ou televisões. É imposto ao indivíduo teses, produtos, enfim, um número de coisas e opiniões de forma técnica e até com propaganda subliminar, que de uma forma ou de outra, impõe métodos e comportamentos. A escola não escapa a esta regra.

Os alunos como um rebanho tranqüilo, recebem e absorvem os conteúdos como sendo axiomas, verdades inquestionáveis. Questionam-se são repelidos e tachados de reacionários. Se não se manifestam, são tidos como "amebas" andantes. De fato, esta realidade não pertence ao passado. É coisa do presente e norteia as regras do capitalismo selvagem em que vivemos.

As características da democracia atual com suas classes dominantes e dominadas reforçam a escola como aparelho ideológico do Estado. Apesar das lutas de classes, as chances de vitórias são pequenas. A

dominação burguesa, através daqueles que conseguiram algum sucesso e ocupam altas posições administrativas, possuem fortes instrumentos de repressão contra eventuais e tímidos protestos da classe dominada. Neste caso, a marginalidade é a própria classe trabalhadora, que sufocada pelo poder estatal tem que se limitar a cumprir seu papel em cima de normas e leis vindas da classe dominante, que visam somente manter seus interesses e o poder. SAVIANI termina seu texto *Escola e Democracia* com um parágrafo de desculpas e elogios aos “heróis professores anônimos” dentro desta luta de classes em busca da tão falada sociedade igualitária.

A saída? Iniciativas como a de falar sobre o assunto na tentativa de apresentar soluções, ou até mesmo o simples fato de não virarmos as costas à essa realidade tão preocupante. Devemos verificar atentamente as políticas públicas voltadas para os jovens, principalmente as mulheres, cobrar dos governos a implantação das políticas, exigir educação de qualidade.

Concluindo, gostaríamos de ressaltar que, ao formarmos alunos críticos, com preparação lógica, cognitiva, filosófica e profissional, estes exigem que a implantação de políticas de geração de empregos reais a curto, médio e longo prazo sejam prioritários. É preciso que aprendamos a cobrar o nosso voto a cada dia de mandato do governante eleito. É necessário que enquanto educadores façamos nossa parte. A educação no país é o reflexo da nossa desorientação, pois somos aquilo que nos permitimos ser.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ALMEIDA, Milton José de. *A Fábula*. In: Revista de Educação. Campinas – SP: UNICAMP, 1995.
- CUNHA, L. Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. 5ª ed., São Paulo: Francisco Alves, 1980
- FAZENDA, Ivani (org). *Novo Enfoque da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1992
- FERREIRA, Fátima C. *Paixão e Conflito: um estudo sobre o reino (?) do Trabalhador*. Dissertação de Mestrado, Educação/UFU, 1998
- GIRARDI, Zélia. *Relação entre Integração Escola-comunidade e a Evasão e Repetência na Zona Rural*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1978
- GUIMARÃES, Elizabeth da Fonseca. *O Aluno Trabalhador: das possibilidades de um cotidiano a uma política do cotidiano*. Dissertação de Mestrado, Educação/UFU
- Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC). *FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA*, 1998.
- RIZZOTO, Denise de Campos. *A Produção de Texto em um Contexto de Escola Pública*. Dissertação de Mestrado. UFU
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 29ª Edição. Campinas - SP: Editores Associados, 1995.

ANEXO I**- A fabula -**

Prof. Milton José de Almeida
Faculdade de Educação / UNICAMP

Após terem dizimado a população de seu reino, o rei e seus ministros, por não terem mais sobre quem reinar e exibir sua riqueza compraram em um país distante trabalhadores e os distribuíram por suas terras e indústrias. Esses trabalhadores eram saudáveis, fortes e instruídos e, com o tempo, passaram a exigir bons salários e boas condições de vida. Com isso o rei e seus ministros começaram a perceber o seu poder e suas fortunas diminuíram pouco a pouco. Nesse tempo chegou de uma longa viagem de estudos o jovem filho de um ministro e a ele foi oferecido um opulento banquete.

Sentados lado a lado, o jovem e o rei, este lhe contou suas apreensões.

- Ora, meu rei, disse o recém-chegado. Lá de onde eu vim já resolveram há muito tempo esse problema. Vossa majestade só necessita de dois palácios luxuosos, algumas construções mais simples e outras mais simples e outras coisas de menor importância.

- Assim tão fácil? Espantou-se o rei.

- Sim. Se Vossa Majestade quiser eu posso resolver-lhe esse problema.

- Quero. Desde já, tem todos os poderes para tanto.

E assim, por todo o reino, espalharam-se construções de salas com carteiras, mesas, lousas e outros objetos e também outras construções com salas de operações, aparelhos, camas e outras coisas. As primeiras, o jovem filho do ministro deu o nome de escola e, as segundas, de centros de saúde e hospitais. Para abrigar comodamente os chefes desses novos órgãos, mandou construir dois grandes e luxuosos palácios aos quais deu o nome de “da Educação” e “da saúde”. Então, reuniu o rei e toda a corte para apresentar seu plano. Foi uma festa muito bonita, numa noite quente, a beira de um lago e o rei, exultante, chamou o jovem filho do ministro a um canto e perguntou-lhe:

- E agora? O que mais você quer e o que vai fazer?

- Só mais uma coisa! – disse o jovem filho do ministro – quero de Vossa Majestade escolha entre os convidados aqui presentes duas pessoas para nomear ministros desses novos palácios e o resto deixe comigo.

Assim o rei fez.

Para os palácios mudaram-se os novos ministros que, para lá trabalhar, convidaram outros tantos conhecidos. Seguindo o conselho do jovem filho do ministro, tomaram o cuidado de escolher pessoas de muita confiança. Assim o fizeram e reuniram nos novos palácios amigos de clube, primos próximos e distantes, vizinhos, filhos e filhas, conhecidos da juventude e outros. Durante alguns meses aqueles palácios foram palco de festas, muita alegria, disputas por sala e outras coisas que compõem um belo palácio, arquitetado e decorado com gosto e refinamento internacionais, mesmo porque, durante o período, houve muitas missões a

outros reinos que traziam e levavam muitos presentes e distribuíam idéias e opiniões para auxiliar no funcionamento dos palácios.

Ao jovem filho do ministro não agradavam as ostentações nem os enfeites e prerrogativas que rodeavam os funcionários dos palácios. Ele preferia o brilho das cortes de outros reinos, onde tinha alojamentos luxuosos, porem discretos e elegantes como lá era costume. No fundo, desprezava aquelas pessoas enfeitadas e pomposas. Sua estada no reino natal era passageira; estava somente para cumprir o prometido ao rei, receber o pagamento por sua missão envia-lo para aqueles reinos, onde acumulava e administrava a riqueza da família, e partir.

Assim, dando as costas àquelas alegrias palacianas, viajou pelo reino natal para organizar construções chamadas escolas e hospitais. Antes de partir, passou pelo palácio Real para receber seu pagamento que consistiu em alguns caixotes de moedas de ouro e objetos de grande valor, que lotaram um navio que partiu para um reino distante. Após ter acenado para o navio ao largo da baia onde se achava o porto, voltou ao palácio para agradecer ao rei.

- Agradeço Vossa Majestade e agora vou cumprir a segunda parte de minha missão, organizar as escolas e hospitais. Só que para isso preciso de algum dinheiro, Majestade.

- Mas claro, competente jovem filho de ministro. Sim, sim, leve alguns trocados.

E o rei, generosamente, com muitos sorrisos enfiou as mãos nos bolsos de sua túnica, tirou algumas moedas e passou ao jovem filho de ministros, não sem antes chamar os jornalistas e pintores do reino para registrar em palavras e imagens aquele momento solene. Jornais e gravuras espalharam-se por todo o reino e os trabalhadores entusiasmaram-se por se verem finalmente atendidos e designaram comissões para receber o jovem filho de ministro por onde ele passasse.

E assim, durante alguns meses, escolas e hospitais começaram a instruir e a cuidar daquelas pessoas que tornavam cada vez mais instruídas e saudáveis e ao mesmo tempo querendo ganhar mais, comprar coisas, melhorar as condições de trabalho nas lavouras e nas indústrias, freqüentar cinemas e teatros e ler bastante.

Numa manhã, que sucedeu a uma noite de banquete a uma delegação estrangeira, em que o rei comeu e bebeu demais, este se levantou com grande mau humor e mandou chamar imediatamente o jovem filho do ministro, que nem bem entrou na sala de audiências, recebeu do rei palavras duras:

- Então é esse seu grande plano? Os hospitais estão vazios, os laboratórios se queixam, o Palácio da Saúde está lotado de remédios sem uso, o ministro queixa-se de que não tem mais como justificar seus gastos. E o Palácio da Educação não está podendo manter o seu luxo e os seus gastos com salários e festas, porque as pessoas estão sempre pedindo livros e materiais escolares e ainda gozam os funcionários, duvidando de sua inteligência. É isso que você quer? Você traiu minha confiança! E ainda mais, os industriais reclamam de que estão tendo que produzir e isso dá pouco lucro e muito trabalho!

- Mil perdões, Majestade. Eu também queria falar sobre isso. Uma única parte do meu plano eu ainda não lhe revelei. É a que já estou pondo em prática. Amanhã começarão a ser vendidos alimentos a preço bem barato. Dentro deles estarão inoculados alguns microanimaizinhos que importei e que provocarão algumas doenças nas pessoas; algumas físicas, outras psicológicas, outras físicas e psicológicas, que se juntarão às que eles já possuem.

O rei espantou-se e berrou mais alto ainda:

- você está louco? As nossas fábricas, lojas, escritórios vão ficar vazios com todos doentes!

Roga mais uma vez a atenção de Vossa Majestade. Vede bem, nós já temos uma população enorme, e nem todos vão ficar doentes ao mesmo tempo, e nossos hospitais vão cuidar daquele pequeno número necessário para o trabalho, os outros procurarão atendimento e encontrarão, e então...

- Ah! Estou começando a entender.

- Sim, e nossas indústrias não estão interessadas em muita produção e ficarão contentes em utilizar a pouca mão-de-obra saudável que será regulada pelo que eles gostam de chamar de “mercado livre”...

- Bem... Mas veja, senhor jovem filho do ministro, que o Palácio da Saúde não pode ficar sem serviço, agora que todos estão bem empregados lá e recebendo bem. Pense no problema.

- Já pensei, Majestade. O Palácio da Saúde já está dentro dessa nova situação. Eles regularão as doenças, soltando mais ou menos remédios, aumentando bastante os preços para que as pessoas não possam comprá-los, importando certas doenças, curando aquelas que atrapalham a produção e também o andamento do próprio Palácio e sua corte, e, principalmente, já está criada a Secretaria de Informações sobre a Saúde que está encarregada de criar as notícias para os jornais, rádios e televisões. Notícias, claro, que interessem a que tudo funcione bem, algumas bem gerais, como a que daqui a vinte anos não haverá mais epidemias no país e por isso o Palácio está gastando hoje alguns trilhões. Claro que não gastará, e não terá importância, pois naquele futuro as pessoas que ouvirem a notícia hoje, não estarão mais vivas, e as que estiverem, já terão esquecido, com tantas doenças que serão produzidas no Palácio e disseminadas e curadas de tempos em tempos e Vossa Majestade poderá novamente propor um outro plano milionário e afirmará que o anterior não foi cumprido porque as pessoas não lavaram as mãos direito, por exemplo...

- Aah, Aah, você me faz rir e eu deveria ficar muito bravo. Mas, então, e o Palácio da educação?

- Ah, Sim! Nesse nível também está tudo resolvido. Com tanto desemprego, famílias inteiras terão de ficar fazendo “bicos” ou por aí, esmolando. As crianças não poderão ir à escola. As que estiverem nela, mal alimentadas e doentes, aproveitarão pouco e repetirão bastante. As escolas se encherão sempre com as mesmas crianças durante anos e outras não poderão entrar. Os professores ficarão quase iguais aos alunos e trabalharão mal, ensinando mal e reprovando alunos.

- Sim, mas isso só vai dar gastos de nenhum lucro!

- Perdão, Majestade, claro que não! Dará grandes lucros para as indústrias de alimentação escolar, pois as crianças que não têm comida em casa comerão nas escolas, claro que não as iguarias que nós estamos acostumados, mas um tipo de comida balanceada para dar alguma doenzinha mais tarde. As indústrias de papel e livros escolares também terão muitas encomendas, pois as escolas receberão muitos livros e apoio material, e o Palácio vai encomendá-los todo ano, cada vez inventando um jeito melhor para melhorar a educação. Serão planos e mais planos que tomarão o cuidado de nunca resolver o problema, uma indústria eterna...

- Bem lembrado. E como fica o Palácio da educação? Lá também precisamos manter e aumentar o pessoal. Nunca se esqueça que a corte precisa ser freqüentada por pessoas de bom gosto, bem vestidas, que viajem aos outros reinos para se educarem e enfeitarem nossas festas!

- Vossa Majestade não se preocupe. Já providenciei tudo. Chamei alguns amigos de fora que passaram no Palácio alguns dias dando treinamento especial, ao fim do qual eles conseguiram produzir um pacote de conceitos que organizarão o trabalho para sempre, ou pelo menos enquanto Vossa Majestade estiver vivo. Com esses conceitos mágicos eles gastarão verbas, desviarão recursos, treinarão pessoas, comprarão imóveis,

viajarão; enfim, é um pacote de conceitos excepcionalmente operacionais, cujo uso já foi comprovado em diversas colônias. O Palácio está exultante.

- Diga-me, diga-me logo, jovem filho do ministro, quais os fabulosos conceitos desse pacote operacional?

- Um verdadeiro ovo de Colombo, Majestade, mas deve ser segredo, heim? – diz o jovem filho do ministro e sussurra ao ouvido do rei:
- fracasso escolar, evasão, carente, marginal, analfabeto, “competência”... entre outros, Majestade.

O rei cai de costas do trono com muito barulho. Com ar de decepção reclama?

- Mas seu jovem filho do ministro, isso eu já ouvi falar nas conversas da corte há muito tempo! Bela novidade você me mostra. E tanto dinheiro que lhe paguei!

- Outra vez, perdão, Majestade. Aí é que está a grande novidade! O repensar, pensar de novo aquilo que já foi, é criativo! Veja, esse pacote já provou ser bom. Lembrai-vos do tempo de vosso pai, desde lá uma parte da corte enriqueceu com o pacote. Só que agora há uma pequena, insignificante novidade. É que, agora, esse pacote demanda pequeno gasto na aplicação. Depois de tantos anos de uso, com tanto desemprego e baixa de nível, as pessoas já engolirão aqueles conceitos e aplicarão a si próprias, destruindo umas as outras, se destruindo. Elas acharão que aquelas coisas são defeitos delas, de nascença. O único trabalho, e bem barato, que o Palácio da Educação terá, será manter a chama acesa, isto é, não resolver nunca o problema, ora culpando a população, ora o professor, ora os livros, ora a televisão, ora o computador, sempre uma coisa de cada vez para não gerar uma perniciosa confusão. E para a vossa Majestade é também muito bom, pois quando os ministros dos Palácios estiverem desagradando, Vossa Majestade põe a culpa neles e zás, fora daí, incompetente. Avaliai bem, Majestade, estou vos dando uma

engrenagem eterna, de baixa manutenção, que se automantém e um ótimo regulador para o excesso de voltagem deste reino.

E assim, após uma estupenda festa no Palácio Real, à qual não faltaram representantes de todos os segmentos da população, o jovem filho do ministro partiu para reinos mais saudáveis, onde sua fortuna poderia ser gasta com objetos e pessoas mais interessantes que as de sua corte natal. Mas é claro, isso ele não disse a ninguém. Lia-se em seu sorriso, misto de perversão e diversão, presenciado apenas pelas gaivotas que rodeavam o convés do navio que já se distanciava da costa.